

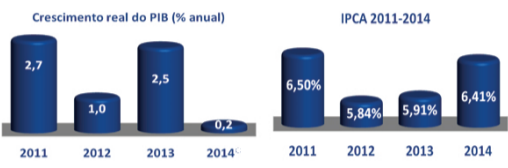


MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

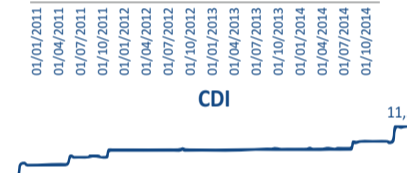
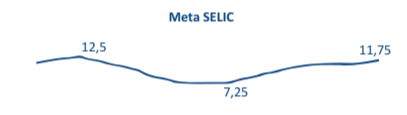
Prezados Acionistas,
 O ano de 2014 foi de desafios e realizações para a Afluente G, uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hídrológica, a solidez construída pelo Grupo ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e importantes conquistas. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”. Nos consolidamos como maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões de unidades consumidoras na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nosso propósito é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Em geração, ampliamos nossos investimentos em fontes renováveis. Conquistamos em leilões seis parques eólicos no Nordeste, por meio da Força Elétrica do Brasil. Com esses novos empreendimentos, o Grupo conta agora com 16 parques eólicos nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Bahia. O Grupo foi além das fontes tradicionais de geração de energia e diversificou sua atuação ao inaugurar, em 2014, a primeira usina solar fotovoltaica da Ilha Fernando de Noronha. Um projeto que agrega o nosso trabalho em pesquisa e desenvolvimento ao nosso compromisso com sustentabilidade e inovação. Compromisso que se fez presente durante a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, entregue antes mesmo do cronograma previsto. Concluída em tempo recorde, a 10ª maior usina em potência instalada do país representará um acréscimo de 1.820 megawatts no sistema brasileiro, suficiente para atender a quase 11 milhões de pessoas. A qualidade de implantação dos projetos socioambientais na região e a abrangência dos resultados para a população local renderam à Companhia Hidrelétrica Teles Pires o prêmio de “Melhor Projeto Ambiental” do ano concedido pela HydroVision Brasil. Mesmo com o cenário adverso, a Neoenergia atingiu um EBITDA de R\$ 2,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 602 milhões. Os investimentos em geração, distribuição e transmissão ultrapassaram os R\$ 3,8 bilhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o rating de crédito corporativo da Neoenergia pela S&P foi de brAAA na Escala Brasil. Além de contribuir para mover o país a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo despertar no consumidor comportamentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica. Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o “Selo Unicef - Município Aprovado” nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, além de levar às comunidades do Nordeste conhecimento sobre sustentabilidade, segurança e eficiência energética. Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de cinco mil colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre os 50 maiores grupos econômicos do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas. Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hídrológica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.
MARCO GIOVANNI TOBIAS DA SILVA
 Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

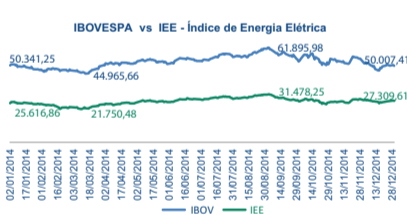
Mesmo com um fraco desempenho econômico, motivado por um cenário geral de incertezas que perdurou por todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na retração dos setores extrativos e de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo das famílias, com efeitos sobre o setor de serviços e industrial. O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:



• A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que serve de referência para empréstimos do BNDES ao setor produtivo, de janeiro a dezembro de 2014 foi mantida no patamar de 5% já no período de janeiro a março de 2015 a taxa sofreu acréscimo de 0,5%. A taxa básica de juros (SELIC) sofreu seguidos aumentos em 2014 e terminou o ano em 11,75%. Esta política de sucessivos aumentos da SELIC teve como finalidade a contenção da inflação. A taxa CDI acompanhou o mesmo comportamento da SELIC com uma trajetória de aumento durante o ano de 2014, atingindo o patamar de 11,57 no final do ano.



• A Bovespa refletiu a conjuntura econômica brasileira e o índice IBOVESPA recuou 0,7%, entretanto, o IEE que agrega as ações dos principais players do Setor Elétrico apresentou um aumento de 6,6%. Porém, esse aumento não foi capaz de retornar o IEE ao patamar apresentando antes de 2012.



2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 31 de agosto de 2005. A base acionária da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,8%), Iberdrola Energia S/A (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%. A Companhia é resultado do processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Em 5 de setembro de 2005, por meio da Resolução Autorizativa nº 306, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu a anuência da versão do patrimônio, transferência de concessão e reestruturação societária para fins de segregação de atividades da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a criação da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. e a obrigação de celebração do contrato de geração e transmissão da empresa desverticalizada. As ações da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba. No dia 1º de dezembro de 2009, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, a ANEEL autorizou a cisão das concessões de geração e transmissão, passando os ativos e passivos de transmissão da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente G&T”) para Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Posteriormente, a Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. teve sua razão social alterada para Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. O contrato de concessão nº 002/2010, celebrado entre a União e Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. foi assinado em 20 de dezembro de 2010 e é vigente até agosto de 2027 e tem por objeto regular a exploração, pela Concessionária, dos potenciais de energia hidráulica das Usinas Hidrelétricas. A Afluente G é composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) denominadas UHE Presidente Goulart e UHE Alto Fêmeas - ambas localizadas no Estado da Bahia. A energia elétrica é gerada por meio de cinco unidades geradoras com capacidade nominal total de 18,65 MW. Em 26 de maio 2006 foi publicado o Despacho nº 1.115/2006, através do qual a ANEEL aprovou o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE), celebrado entre a Coelba (compradora) e Afluente (vendedora) em 28 de abril de 2006, amparado pelo processo de desverticalização, no montante de até 148.920 MWh anuais. O referido contrato vigorará até o exercício de 2027. O último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução Homologatória nº 1.714, de 15 de abril de 2014, para R\$181,66/MWh. De acordo com a Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, a média de geração da Afluente G deve atender a 90% de sua garantia física, tendo em vista a possibilidade de revisão da sua garantia física. Em função da média de geração da usina estar abaixo dos 90% estabelecidos, através da Portaria nº 23 MME, de 19 de julho de 2011, a ANEEL reduziu a garantia física de energia da Usina Hidrelétrica Presidente Goulart, de 8 MW médios para 7,6 MW médios. Esse novo valor da garantia física foi considerado para fins de alocação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e para verificação de lastro do contrato CCVE a partir de 1º de janeiro de 2012. Em 30 de janeiro de 2012, a ANEEL publicou a Portaria MME nº 3 que reduziu a garantia física da Usina Presidente Goulart para 7,22MW médios. Esse valor passou a vigorar para fins de alocação no MRE e para verificação do lastro dos Contratos de Venda de Energia a partir de 1º de julho de 2012. Em 30 de julho de 2012, a ANEEL publicou a Portaria MME nº 58 que reduziu novamente a garantia física da Usina Presidente Goulart para 7,20 MW médios, e a garantia física de Alto Fêmeas de 9,0 MW médios para 8,55 MW médios. Os novos valores da garantia física de energia foram considerados para fins de alocação no MRE e para verificação do lastro dos respectivos Contratos de Venda de Energia a partir de 1º de janeiro de 2013. Em agosto de 2012, a Afluente G recebeu o Ofício nº 246/2012-SRG/ANEEL que notificou sobre a exclusão da UHE Presidente Goulart do MRE a partir de janeiro de 2014 tendo em vista o não atendimento dos limites de geração estabelecidos na Resolução Normativa nº 409/2010. A Afluente G se manifestou junto à ANEEL quanto à exclusão do MRE justificando-se em função da parada de 12 meses para modernização da UG2. Em resposta à manifestação da usina, em 19 de dezembro de 2013, a Agência publicou o Despacho nº 4.320, que permitiu a permanência da Companhia em uma parte de janeiro de 2014. Em agosto de 2014 foi realizada nova aferição da média de geração e, como a geração da usina não atendeu novamente os limites estabelecidos por meio da Resolução Normativa nº 409/2010, a UHE Presidente Goulart, em relação das centrais hidrelétricas que deverão ser excluídas do MRE pela CCE a partir de 1º de janeiro de 2015, publicada por meio do Despacho nº 3.706, de 12 de setembro de 2014. No dia 23 de dezembro de 2014, foi publicado o Despacho ANEEL nº 4.919 que anuiu aos Contratos de Compra e Venda de Energia entre a NC Energia e Afluente G para recomposição de lastro em função da redução de garantia física e do cancelamento da participação da UHE Presidente Goulart no MRE.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. Conselho de Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por até quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus Acionistas nos termos da Lei. Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia. Diretoria: É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria Executiva do Grupo Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da Companhia também são diretores da holding Neoenergia. Comitês: O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração e Sucessão. Cada comitê, dentro de seu escopo, é res-

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

ponsível por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada comitê é formado por três membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestrais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2014 foi marcado por: cenário hídrológico desfavorável, redução do nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), alteração da metodologia de cálculo do PLD. O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hídrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram o nível de armazenamento mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios. Como consequência, houve elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidores. Os geradores hidrelétricos foram impactados devido à restrição de geração imposta pelo período hídrológico desfavorável, bem como pela opção, a priori, de manter praticamente todas as de térmicas operando na base do sistema. Isso acarretou em exposições financeiras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo Generation Scaling Factor (GSF) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores. As usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2014 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. As distribuidoras, por sua vez, observaram exposições financeiras negativas no MCP devido à frustração na compra de energia oriunda dos leilões regulados de energia existente (Leilão A-1 e Leilão A-0), realizados nos anos de 2013 e 2014. Diante desse cenário desfavorável, o Governo Federal realizou operação financeira com o objetivo de assegurar às distribuidoras a necessária neutralidade da Parcela A, conforme previsto nos contratos de concessão, viabilizando com isso que as mesmas pudessem honrar seus compromissos financeiros no mercado de curto prazo. Os recursos financeiros tiveram origem em dois empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) junto aos bancos, e para operacionalização desse empréstimo, foi criada a Conta ACR. Os recursos aportados nessa conta deverão ser pagos pelas distribuidoras em um prazo de dois anos, a partir de 2015, o que implicará correspondente cobertura tarifária. Cabe salientar que o Governo Federal já havia utilizado recursos do Tesouro Nacional para mitigar os impactos financeiros negativos ocorridos no ano de 2013, quando transferiu recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente para as distribuidoras. Esses recursos deverão ser ressarcidos ao Tesouro Nacional em um prazo de cinco anos, contados a partir de 2013, com atualização pelo IPCA e também serão objeto de cobertura tarifária. Nesse cenário de permanência do PLD no seu valor máximo por tempo muito prolongado, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo desse valor. Após consulta aos agentes de mercado, realizada por meio da Audiência Pública nº 054/2014, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Ainda no ano de 2013 a Resolução nº 03 foi editada pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e determinou que o custo dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS) por Segurança Energética seria rateado entre todos os agentes que atuam no mercado, incluindo geradores e comercializadoras. A regra até então vigente estabelecia que os encargos fossem rateados apenas entre os consumidores de energia elétrica. Para contornar esse problema, o Grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas. Em 5 de dezembro de 2014, foi proferida uma sentença, não definitiva, que declarou ser não exigível a cobrança dos encargos na forma indicada pela Resolução CNPE 03/2013 para os agentes de geração associados à APINE e à ABRAGEL, entre os quais se inclui as empresas do Grupo Neoenergia, confirmando a liminar concedida no ano anterior. Cabe ressaltar que tal sentença, embora ainda não definitiva, representa um avanço importante no reconhecimento do pleito dos geradores perante a justiça.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A Afluente G é proprietária das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, no Estado da Bahia. A UHE Alto Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas, no município de São Desidério, gera energia elétrica por meio de três unidades geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada e tem uma garantia física de 8,55 MW médios. Já a UHE Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente, no município de Correntina, gera energia elétrica por meio de duas unidades geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada e tem uma garantia física de 7,22 MW médios. Em 2014, o desempenho operacional das usinas da Afluente G foi prejudicado pela baixa afluência do Rio Corrente em virtude da estagem registrada no referido ano. Este ano, a UHE Presidente Goulart apresentou índices de disponibilidade de confiabilidade de 88,31% e 98,18%, respectivamente. A geração de energia totalizou 46.807,45 MWh, que corresponde a 74,30% da garantia física. Não foram registradas ocorrências relevantes nos equipamentos (paradas forçadas), ratificando no alto índice de confiabilidade da planta. A UHE Alto Fêmeas obteve em 2014 um índice de disponibilidade de 94,94% e confiabilidade de 99,04%, com uma geração total de 76.136,77 MWh, o que corresponde a 96,55% da garantia física. A geração média do ano fechou em 8,38MW, ou seja, um pouco abaixo da garantia física da usina que é de 8,55MW. Em setembro de 2014 a ANEEL emitiu o despacho nº 3.706 publicando a exclusão da UHE Presidente Goulart do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a partir de 1º de janeiro de 2015. O impacto da exclusão da usina será mitigado através da estratégia de compra de energia de longo prazo feita entre as usinas do Grupo Neoenergia através da nossa comercializadora – NC Energia. No dia 23 de dezembro de 2014, foi publicado o Despacho ANEEL nº 4.919 que anuiu aos Contratos de Compra e Venda de Energia entre a NC Energia e Afluente G para recomposição de lastro em função da redução de garantia física e do cancelamento da participação da UHE Presidente Goulart no MRE. Em 2014, as UHEs Presidente Goulart e Alto Fêmeas passaram a ser operadas através do Centro de Operação do Sistema (COS) da Neoenergia localizada na Sede do Grupo no Rio de Janeiro. Essa operação remota das usinas só foi possível em função dos investimentos realizados em 2013 com modernização e automatização dos equipamentos das plantas. Na UHE Alto Fêmeas foram realizadas as atividades de retirada de pendência do fornecimento da reforma e automação iniciada em 2013, tais como: automação do Grupo Diesel de Emergência; sistema de monitoramento da vibração (AOX); sistema de controle automático de nível do reservatório e identificação e implantação dos TAGs dos cabos. Por fim, este ano, foram executadas atividades de manutenção corretiva e preventiva em todos os sistemas das UHEs Presidente Goulart e Alto Fêmeas, considerando para: (i) limpeza e inspeção dos geradores da UHE Alto Fêmeas, (ii) inspeção e manutenção em distribuidores das turbinas das unidades geradoras da UHE Alto Fêmeas, (iii) inspeção em todos os mancais das unidades geradoras da UHE Alto Fêmeas, (iv) manutenção do disjuntor de sincronismo da unidade geradora UG02 da UHE Presidente Goulart, (v) manutenção corretiva no mancal guia da turbina da unidade geradora UG01 da UHE Presidente Goulart e (vi) manutenção da válvula by pass da unidade geradora UG01 da UHE Presidente Goulart.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2014	2013	Variação
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	27.425	31.406	-12,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	25.406	29.204	-13,0%
EBITDA (R\$ Mil)	7.181	11.840	-39,3%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	4.086	9.478	-56,9%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	17	60	71,7%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	3.150	8.369	-62,4%
Ativo Total (R\$ Mil)	47.192	48.299	-2,3%
Investimentos (R\$ Mil)	731	6.644	-89,0%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	39.461	43.376	-9,0%
Indicadores Financeiros	2014	2013	Variação
Margem EBITDA	28,3%	40,5%	-12,3 p.p.
Margem EBIT	16,1%	32,5%	-16,4 p.p.
Margem Líquida	12,4%	28,7%	-16,3 p.p.
Índice de Endividamento Líquido p.p. - Pontos Percentuais	-29,3%	-6,3%	-23,0 p.p.

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2014	2013	Variação
Lucro Líquido	3.150	8.369	-62,4%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	953	1.169	-18,5%
Amortização / Depreciação	3.095	2.362	31,0%
Receita Financeira (455)	(455)	(671)	-32,2%
Despesa Financeira	438	611	-28,3%
EBITDA	7.181	11.840	-39,35%

6.1. Receita Bruta:

Receita Bruta- R\$ mil	2014	2013	Variação
Fornecimento de Energia Elétrica	26.424	24.465	8,0%
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE/MRE	269	297	-9,4%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	732	6.644	-89,0%
Total	27.425	31.406	-12,68%

A Receita Bruta sofreu uma variação negativa de, aproximadamente, R\$ 3,9 milhões, pela combinação de dois efeitos diferentes. Um deles corresponde à redução da receita de construção no valor de R\$ 5,9 milhões. Ela é reconhecida em função dos investimentos realizados nos bens de construção. Salientamos que essa variação em nada influiu no resultado da Companhia, pois não é auferida qualquer margem no seu reconhecimento. O outro motivo é uma variação positiva da receita de fornecimento, que veio a compensar parcialmente a queda, no valor de R\$ 2 milhões. Ela decorreu do reajuste da tarifa de fornecimento do contrato junto à Coelba, com data base em meados de abril e elevado em 8,32% em 2014 (7,18% em 2013). 6.2. Custos e Despesas:

Custos e Despesas Operacionais - R\$ mil	2014	2013	Variação
Custos e despesas não-generacionais:	12.370	10.688	15,7%
Energia elétrica comprada para revenda	10.074	2.532	297,9%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	1.064	1.038	2,5%
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	93	96	-3,1%
Custos de construção	732	6.644	-89,0%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	407	378	7,7%
Custos e despesas generacionais:	8.550	9.038	-1,0%
Pessoal e administradores	543	2.623	-79,3%
Material	163	127	28,3%
Serviços de terceiros	3.457	3.483	-0,7%
Amortização / Depreciação	3.095	2.362	31,0%
Provisões Líquidas - Contingências	3.005	116	-162,9%
Outros	1.387	327	324,2%
Total	21.320	19.726	8,08%

Os custos e as despesas tiveram um aumento no valor de R\$ 1,6 milhões, aproximadamente. Os principais motivos foram os seguintes: • Aumento dos custos com compra de energia, principalmente em função do aumento dos volumes adquiridos a preço de liquidação (PLD) no mercado de curto prazo para cumprimento dos volumes acordados para entrega, no valor de R\$ 6,9 milhões, decorrentes de um aumento no volume de 9,4 GWh, 12,2 GWh em 2014 contra 2,876 em 2013. • Redução no custo de construção no valor de R\$ 5,9 milhões, pois ele varia em função dos custos com investimentos realizados e acompanha o reconhecimento da receita em montantes idênticos para que não seja auferida nenhuma margem e sejam atendidas às exigências normativas contábeis.

7. ENDAVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a Companhia utiliza capital próprio. A Neoenergia, grupo econômico do qual a Companhia faz parte, tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB e FINEP.

8. INVESTIMENTOS

Em 2014, o principal investimento da Afluente G foi a conclusão da automatização das comportas vago e seguimento da UHE Alto Fêmeas. Além deste destacamos os seguintes investimentos: • Instalação de Log Boom no reservatório da UHE Alto Fêmeas. • Implantação de um Limpa Grade na tomada d' água da UHE Alto Fêmeas; • Instalação de um novo Sistema de Iluminação na casa de força, na câmara de carga e na tomada d' água da UHE Alto Fêmeas; • Aquisição de ferramentas e equipamentos industriais; • Aquisição de mobiliário, prateleiras e armários industriais; • Instalação de sistema de detecção e alarme de incêndio. O total de investimentos da empresa foi de R\$ 731 mil.

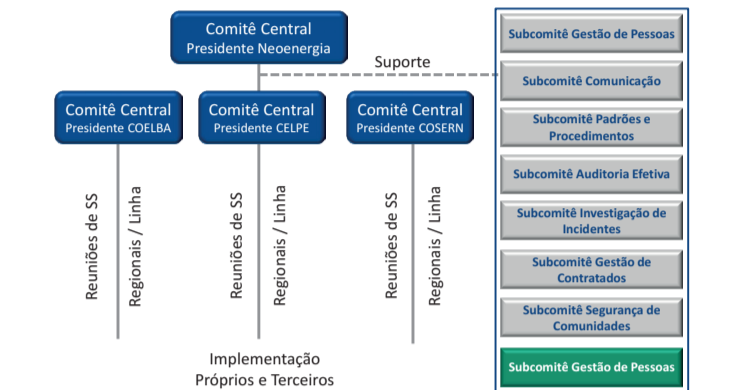
9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atitudes, sua missão: “ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”. Tal compromisso está materializado em sua Política de Sustentabilidade, documento aprovado em 2014 que define oito diretrizes corporativas para a condução dos negócios, de maneira que o crescimento e a operação das empresas do Grupo ocorram em um contexto socioambiental responsável. A fim de promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, bem como divulgar a forma que gere seus negócios, a holding do grupo publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. O documento, organizado em linha com os modelos propostos pela Global Reporting Initiative e pela Sustainability Integrated Guidelines for Management (Sigma), abrange aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, relacionando-a os seis capitais: financeiro, construído, intelectual, humano, social e natural. Durante o ano, o Grupo Neoenergia renovou seus compromissos externos junto aos Dez Princípios do Pacto Global, que reforçam sua preocupação com uma gestão equilibrada, baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e práticas anticorrupção.

10. GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Neoenergia tem como missão ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A Organização acredita no Brasil e no potencial da sociedade. A principal responsabilidade de nossas empresas é com a vida das pessoas e, é através da sua valorização que estimulamos a construção de uma sociedade mais segura, justa e íntegra. Por isso, para cuidar do nosso principal ativo, o Grupo Neoenergia se baseia em alguns pilares de atuação que buscam acompanhar toda a vida funcional dos colaboradores. Uma série de ações nas áreas de treinamento, comunicação, desenvolvimento e integração, que serão detalhadas

adiante, queremos nos posicionar como uma das melhores empresas para se trabalhar. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time se dedique a ser mais eficiente e competente, maximizando os resultados operacionais e financeiros para a Organização. Em 2013, o Grupo Neoenergia revisou sua Missão, sua Visão e seus Valores e, desde então, vem trabalhando o senso de pertencimento do público interno às novas diretrizes da Companhia. Ações de fortalecimento dos novos valores, embasadas em nosso compromisso com as melhores práticas de Gestão de Pessoas, fizeram parte da atuação da área em 2014. Assim, iniciamos uma jornada com a meta de zerar o número de acidentes com a força de trabalho. Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, em que a prática do comportamento seguro é um compromisso de todos. 10.1 Valor Segurança: Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossos colaboradores e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis, por isso, estabelecemos o “Padrinho da Segurança”, ação em que cada colaborador é padrinho de seu colega de trabalho e seu colega de trabalho é seu padrinho. Assim, garantimos uma tela de proteção em que todos são responsáveis por todos. Jornada Comportamento Seguro: A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança dentro do Grupo – foi lançada com base em cinco principais pilares/ações: Diálogo de Segurança, Capacitação de Líderes, Inspeções de Segurança pelos Líderes, Padrinho da Segurança e Diagnóstico de Saúde e Segurança. O fortalecimento dessa cultura voltada para a segurança se dá por meio de seus macro-blocos de ações, considerando: Preparação da Equipe Corporativa, Contenção, Preparação das Lideranças Locais, Mudança de Cultura, Gestão de Contratadas e Segurança das Comunidades. Temos a convicção de que a execução da nossa estratégia depende de equipes unidas que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com o principal valor do nosso Grupo, a SEGURANÇA. Foram criados comitês e subcomitês que deliberam, estudam, padronizam e implantam práticas de saúde e segurança nas distribuidoras do Grupo:



Segurança da População: Dentre as principais ações para a população, destacamos: ações de orientação em Agências de Atendimento; ações educativas em comunidades no entorno de subestações; palestras sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica em diversas escolas, com o envolvimento de alunos, professores e familiares; promoção de seminários sobre instalações elétricas abordando o uso seguro e eficiente de energia, através de parcerias com entidades do Setor (Abracopel, Procobre etc.); treinamento para profissionais da construção civil/instalações elétricas; parcerias educativas com estabelecimentos comerciais de materiais de construção; divulgação em meios de comunicação por meio de maquiagem campanhas, entrevistas em rádio/TV/Jornal, Spot de rádio, publicação de mensagens nos sites e nas contas de energia, referente ao uso seguro e eficiente da energia elétrica. Ações Internas: Dentre as principais ações desenvolvidas em 2014, destacamos: • Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Exames Médicos Ocupacionais, Controle de Absenteísmo e Blitz Ergonômica, direcionados aos colaboradores próprios. Essa mesma prática tem sido monitorada dentro das equipes de prestadores de serviços. • Incentivo à atividade física e práticas de bem estar por meio da continuação de projetos de incentivo a hábitos saudáveis, tais como as academias de ginástica dentro das instalações de algumas empresas ou convênios com academias locais; clubes de corrida; massagem terapêutica; feiras de saúde e qualidade de vida; Jogos estaduais; campanhas e palestras educativas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Em 2014, realizamos também a etapa estadual dos Jogos Internos Neoenergia com as modalidades de: atletismo, natação, futebol, vôlei e dominó, incentivando a integração através de boas práticas do esporte. • Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PRRA; constituição e coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA; palestras e reuniões de segurança; inspeções de segurança em imóveis administrativos, subestações e equipes de campo; formação de brigadas de incêndio e planos de emergência; controle e acompanhamento dos indicadores de acidentes de trabalho; treinamentos legais e específicos em saúde e segurança. Com o objetivo de avaliar o grau de conformidade das práticas de Gestão de Saúde e Segurança dos Trabalhos adotadas pelas Empresas Prestadoras de Serviços, as EPS, as distribuidoras, conforme planejamento anual, exigências contratuais e Diretrizes de Saúde e Segurança dos Trabalhos para EPS, realizamos auditorias e recebemos considerando aspectos Previdenciários, Trabalhistas, Treinamento (treinamentos mandatórios e legais), Saúde e Segurança nas referidas empresas contratadas. De forma a garantir as exigências contratuais, são realizadas fiscalizações de equipes de campo, alojamentos/áreas de vivências, além de Encontros e Seminários para os profissionais de Saúde e Segurança das EPS. 10.2 Comunicação Interna: Entendemos que a comunicação é um dos grandes fatores de sucesso de uma instituição. Nesse sentido, nossa área de Comunicação Interna enfatiza quatro grandes diretrizes: contribuir com a solidez do negócio, melhorar o clima



8. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2014			2013		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3%	76.215	(53.395)	22.820	34.671	34.671
		7.745	(53.395)	22.820	34.671	34.671
Em curso						
Direito de uso da concessão		7.745	-	7.745	-	-
		7.745	-	7.745	-	-
Total		83.960	(53.395)	30.565	34.671	34.671

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	75.946	(48.170)	27.776	5.244	33.020
Adições	-	-	6.641	6.641	6.641
Baixas	(52)	(52)	-	-	(52)
Amortizações	(2.362)	(2.362)	-	-	(2.362)
Transferências - Intangíveis	11.885	-	(11.885)	-	-
Transferências - Ativos financeiros	(2.576)	(2.576)	-	-	(2.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.203	(50.532)	34.671	-	34.671
Adições	(8.833)	232	(4.601)	729	729
Baixas	(7.016)	(3.095)	-	-	(3.095)
Amortizações	(4.033)	(4.033)	-	-	(4.033)
Transferências - Intangíveis	(7.016)	-	7.016	-	-
Transferências - Ativos financeiros	2.861	2.861	-	-	2.861
Saldos em 31 de dezembro de 2014	76.215	(53.395)	22.820	7.745	30.565

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

9. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Fornecedores	2014	2013
	Energia elétrica:	1.965
Terceiros	1.820	5
Partes relacionadas (Nota 21)	145	278
Encargos de uso da rede	87	172
Partes relacionadas (Nota 21)	87	172
Materiais e serviços	567	1.582
Terceiros	567	1.486
Partes relacionadas (Nota 21)	-	143
Total	2.619	2.044
Circulante	2.619	2.044

10. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

A composição do saldo é como segue:

	2014	2013
Salários	-	66
Encargos sociais	43	43
Provisões férias	116	55
Encargos sobre provisões de férias	-	17
Total	159	181

11. TAXAS REGULAMENTARES

A composição do saldo é como segue:

	2014	2013
Reserva Global de Reversão - RGR	55	113
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	400	398
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	175	58
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSFE	8	6
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	97	197
Ministério de Minas e Energia - MME	198	828
Total	1.073	1.506
Circulante	696	771
Não circulante	212	57

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição do saldo é como segue:

	2014	2013
Circulante		
Imposto de renda - IR	149	209
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	87	130
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	41
Programa de integração social - PIS	15	54
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	69	236
Imposto Nacional de Seguridade Social - INSS	70	90
Impostos e contribuições retidos na fonte	466	996
Total	466	996

13. DIVIDENDOS

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de dividendos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNB	Valor por ação
2014					
AGOE de 29 de abril de 2014	Dividendos	6.652	0,3427361842	0,3427361842	0,3770098026
		6.652			6.652

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2014	2013
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	10.930	10.930
Ações preferenciais classe "A"	1.955	1.955
Ações preferenciais classe "B"	5.932	5.932
Total	18.817	18.817
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	3.150	8.369
Base de cálculo do dividendo	3.150	8.369
Dividendos mínimos obrigatórios	788	2.092
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos Intercalares	-	1.717
Dividendos Propostos	3.150	6.652
Total Bruto	3.150	8.369

A formação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	2014	2013
Saldos em 01 de janeiro de 2013		2.823
Declarados		10.158
Pagos no período		(12.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		519
Declarados		7.065
Pagos no período		(4.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.805

14. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências		Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
	Trabalhistas	Total					2014	2013
Saldos em 01 de janeiro de 2013	6	6						
Constituição	(164)	164						
Baixas/reversões	(77)	(77)						
Atualização	47	47						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	140	140						
Constituição	308	308						
Baixas/reversões	(3)	(3)						
Atualização	92	92						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	537	537						

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. Contingências trabalhistas:

Contingências trabalhistas	Ref.	Valor atualizado	Expectativa de perda		2014	2013
			Provável	Possível		
Ex-empregados de Empreiteiras		537	1ª, 2ª e 3ª	Provável	537	140
(a)		15.745	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		139	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		16.421			537	140

Total - não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido da Companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferências "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Reserva Legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

16. RECEITA LÍQUIDA

	Ref.	2014	2013
Fornecimento de energia	(a)	26.424	24.465
Câmera de geração		26.424	24.465
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		269	297
Recita de construção da infraestrutura da concessão	(b)	732	6.644
Total receita bruta		53.849	55.871
(c) Deduções da receita bruta		(7.019)	(7.202)
Total receita operacional líquida		46.830	48.669
(a) Fornecimento de energia		25.406	29.204

	2014	2013
MWh (*)		
2014	148.920	148.920
2013	148.920	148.920
R\$ mil		
2014	26.424	24.465
2013	26.424	24.465

(*) Não auditado. (b) Receita de construção conforme ICPC 01 correspondente a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no exercício. (c) Deduções da receita bruta.

	2014	2013
IMPOSTOS:		
PIS	(173)	(264)
COFINS	(803)	(1.120)
CARGOS SOCIETÁRIOS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(798)	(499)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(245)	(229)
Total	(2.019)	(2.202)

17. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia comprada para revenda				
Energia adicional no ambiente livre - ACL	(9.454)	(11.388)	(1.729)	(1.114)
Energia curto prazo - MRE	(3.785)	(6.965)	(55)	(80)
Energia curto prazo - PLD	(12.292)	(2.876)	(8.290)	(1.338)
Total	(25.531)	(21.229)	(10.074)	(2.532)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(1.064)	(1.038)
			(11.138)	(3.570)

a) Devido o déficit de geração de energia das usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), ocorrido em 2014, adicional à decisão do ONS (Operador Nacional do Sistema), de utilização das usinas térmicas em 100% despachadas na base, fez com que o GSF (Generation Scaling Factor) ficasse muito abaixo do esperado, obrigando as geradoras a comprar energia no curto prazo no âmbito da CCEE, adicionado ao aumento da PLD média que 2014 chegou o teto de R\$ 624,91 reais, quando em 2013 a média estava em torno de R\$ 465,34 reais.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	Ref.	2014		2013	
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(494)	(29)	(523)	(2.586)
Entidade de previdência privada		(163)	(20)	(20)	(37)
Materiais	(2.843)	(163)	(612)	(3,667)	(3.483)
Serviços de terceiros	(93)	(93)	(93)	(96)	
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSFE	(407)	(407)	(378)	(378)	
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRRH	(3.095)	(3.095)	(2.362)	(2.362)	
Depreciação e amortização	(30)	(2)	(25)	(25)	
Arrendamentos e aluguéis	(260)	(104)	(364)	(94)	
Tributos	(312)	(312)	(312)	(312)	
Provisões líquidas - PCLD	-	(305)	(305)	(116)	
Provisões líquidas - contingências	-	(588)	(588)	-	
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação	(75)	(16)	(91)	(208)	
Custos	(7.774)	(1.676)	(9.450)	(9.512)	
Total custos / despesas					

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	2014			2013		
	Resultado	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Controladas						
NEOENERGIA S.A	-	-	5	-	-	335
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.	-	-	1.867	-	-	-
COELBA	25.269	2.298	87	23.427	2.121	172
CELPE	-	72	72	-	6	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	113	113	-	10	-
NE ENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(1.042)	-	-	(143)	-	-
NC ENERGIA S.A.	(1.859)	-	145	(1.112)	-	143
Total	22.368	2.411	72	2.483	2.121	278
Controladoras						
Outros minoritários	-	-	151	-	-	190
	-	-	250	-	-	190
Total	22.368	2.411	72	2.483	2.121	1.118

	2014			2013		
	Resultado	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Recita						
Fornecimento de energia elétrica	26.420	-	-	24.465	-	-
(4.052)	26.420	-	-	24.465	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(1.859)	-	-	(1.112)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.151)	-	-	(1.038)	-	-
Serviços de terceiros	(1.042)	-	-	(143)	-	-
Ativo						
Títulos e valores mobiliários	-	2.411	72	2.483	16	2.137
Contas a receber de clientes e outros	-	113	72	185	16	16
Passivo						
Fornecedores	-	2.298	2.298	-	2.121	2.121